

Geopolítica, tecnologia e a agenda inadiável para o setor têxtil e de confecção brasileiro

Fernando Valente Pimentel*

O mundo caminha para 2030 sob uma lógica muito diferente daquela que predominou nas últimas décadas. A globalização, baseada exclusivamente em eficiência e baixo custo, vem sendo substituída por um ambiente marcado por tensões geopolíticas, políticas industriais nacionais e competição tecnológica. Nesse novo cenário, o futuro dos setores produtivos será definido não só por preço fundamentalmente, mas também por resiliência, tecnologia e posicionamento estratégico.

Relatório recente do World Economic Forum aponta que a economia global será moldada pela interação entre geoeconomia — isto é, o impacto da política e da geopolítica sobre o comércio — e tecnologia, com destaque para a digitalização e a inteligência artificial. Não existe um único futuro possível, mas diferentes cenários que variam por país e por setor. Para o setor têxtil e de confecção brasileiro, essa transformação traz desafios relevantes, mas também uma janela estratégica rara.

Do lado dos desafios, a fragmentação do comércio internacional tende a se intensificar. Barreiras técnicas, exigências ambientais, regras digitais e políticas industriais ganham peso crescente. O setor têxtil e de confecção brasileiro, que já convive com um elevado custo estrutural de produção, enfrenta concorrência de países que operam sob regras trabalhistas, ambientais, previdenciárias e financeiras muito menos exigentes. O problema central não é a competição, mas a falta de isonomia competitiva.

É nesse ponto que se impõe uma agenda doméstica clara. Não haverá competitividade sustentável sem redução efetiva do Custo Brasil e melhoria do ambiente de negócios. Isso passa por uma reforma administrativa que aumente a eficiência do Estado, reduza desperdícios e libere recursos para investimento, bem como por uma nova rodada de ajustes na previdência, capaz de garantir previsibilidade fiscal e reduzir pressões estruturais sobre a economia.

A competitividade industrial também exige redução do custo do trabalho formal, hoje excessivamente onerado por encargos e insegurança jurídica. Em um país que precisa gerar empregos de qualidade e combater a informalidade, tornar o trabalho formal mais acessível é condição indispensável para o crescimento sustentado.

Outro vetor crítico é o combate ao comércio ilegal e à concorrência desleal, que distorcem o mercado, destroem empregos e penalizam empresas que cumprem a

legislação. A defesa da legalidade e da concorrência justa não é protecionismo, é pré-requisito para um mercado saudável.

Some-se a isso a necessidade de juros em padrão internacional. Taxas de juros reais persistentemente elevadas encarecem investimentos e inibem inovação. Sem um custo de capital compatível com o resto do mundo, falar em produtividade torna-se exercício retórico.

No plano externo, é igualmente fundamental fortalecer os instrumentos de legítima defesa comercial, garantindo que práticas desleais sejam enfrentadas com rapidez e rigor, em linha com as regras internacionais. Defender a indústria nacional de dumping e subsídios ilegais não significa fechar a economia, mas assegurar concorrência equilibrada.

Ao mesmo tempo, a tecnologia deixa de ser opcional. Inteligência artificial, automação e análise de dados já impactam ganhos de produtividade, gestão de estoques, eficiência energética e leitura de demanda. Empresas que não avançarem nessa agenda perderão espaço, inclusive no mercado interno. O maior risco hoje não é errar ao investir em tecnologia, mas não investir.

Há, contudo, uma dimensão positiva nesse novo contexto. A regionalização das cadeias produtivas, o nearshoring, favorece países com mercado interno relevante, base industrial diversificada e capacidade de atender padrões ambientais e sociais mais rigorosos. O Brasil reúne esses atributos.

Além disso, o país dispõe de uma das poucas cadeias têxteis completas do mundo, com produção relevante de fibras naturais, bem como de algumas fibras sintéticas importantes para o setor, o que amplia significativamente o seu potencial de atração de novos investimentos nacionais e internacionais. Essa diversidade confere flexibilidade produtiva, capacidade de inovação e maior aderência às exigências de mercados cada vez mais segmentados e regulados.

A sustentabilidade, por sua vez, deixa de ser apenas discurso reputacional e passa a ser fator econômico concreto. Circularidade, rastreabilidade e descarbonização tornam-se exigências de mercado e critérios de acesso a financiamento. Nesse campo, o setor têxtil brasileiro conta com ativos importantes, como uma cadeia produtiva estruturada e uma das agriculturas de algodão mais sustentáveis do mundo capazes de gerar vantagem competitiva real.

Nesse contexto, a conclusão de acordos comerciais, em especial entre Mercosul e União Europeia, assume papel estratégico. A ampliação do acesso a mercados, com regras claras e previsíveis, fortalece a integração do Brasil às cadeias globais de maior valor agregado e amplia o retorno de investimentos em tecnologia, sustentabilidade e produtividade.

O futuro do setor têxtil e de confecção não está dado. Ele dependerá das escolhas feitas agora. Investir em tecnologia, elevar a produtividade, qualificar pessoas e, sobretudo, avançar em reformas estruturais que reduzam o Custo Brasil e ampliem a inserção internacional do país são condições indispensáveis para que o setor não apenas sobreviva, mas se fortaleça.

Num mundo mais fragmentado e tecnológico, a indústria têxtil e de confecção brasileira tem, se tiver os elementos adequados e um ambiente concorrencial isonômico, plena condição se consolidar como um ativo ainda mais estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país.

***Fernando Valente Pimentel** é o diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).